



ISSN: 2310-0036

Vol. 1 | Nº. 7 | Ano 2016

**Maria Albertina
Barbito**

Universidade Católica de Moçambique
abarbito@ucm.ac.mz

Felipe Angst

Universidade Católica de Moçambique
fangst@ucm.ac.mz

AUTOAVALIAÇÃO DA QUALIDADE NUMA UNIDADE BÁSICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE(2012-2015)

RESUMO

O presente artigo teve como objectivo analisar como está sendo gerida a auto-avaliação numa das Unidades Básicas(UB) da Universidade Católica de Moçambique(UCM), discutindo a temática sobre a autoavaliação na qualidade do Ensino Superior. A questão central foi: Que medidas estão sendo feitas a nível de autoavaliação na UB em questão? Teve como base os indicadores de qualidade para avaliação institucional exigido pelo Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior em Moçambique (SINAQUES). A metodologia usada foi a qualitativa, exploratória, construtivista e interpretativista com recurso a diferentes pesquisas e documentos existentes para o entendimento, dos significados múltiplos com recurso ao estudo de caso numa UB da UCM, instituição privada.

Palavras-chave: Autoavaliação, Ensino Superior, Sistema Nacional de Avaliação.



Rua: Comandante Gaivão nº 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

Contextualização do estudo

O Ensino Superior em Moçambique celebra em 2016 54 anos de existência o que constituiu uma oportunidade de reflexão sobre “os caminhos trilhados, a sua natureza e características”, dando uma visão para o desenvolvimento do seu Ministério da Educação (MINED), (MINED, 2012, p.5) e lançar um olhar reflexivo sobre os processos de garantia de qualidade.

Em 2012, aprovou-se o Plano Estratégico do ES 2012-2020, com 6 áreas estratégicas:

- ✓ Qualidade, expansão e acesso;
- ✓ Gestão e democraticidade;
- ✓ Financiamento e infraestruturas;
- ✓ Governança, regulação e fiscalização;
- ✓ Ensino, investigação, extensão, serviços e áreas transversais;
- ✓ Internacionalização e integração regional.

De acordo com o Plano Estratégico do Ensino Superior (PEES) 2012-2020 (PEES, 2012, p.7) o governo de Moçambique tem disponibilizado recursos financeiros para a educação em cerca de 20%, em relação ao Orçamento do Estado. “O Ensino superior aumentou rapidamente de 12 mil estudantes, em 2000, para 101 mil em 2010” (PEES, 2012, p.7) e para 175 mil em 2016(Prof. Doutor Engenheiro Jorge Penicela Nhambiu, Ministro de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional durante painel Desafios do Ensino Superior em Moçambique por ocasião da cerimónia de encerramento dos 20 anos da UCM em Nampula no dia 10 de Agosto de 2016).

O PEES tem como missão promover o acesso ao Ensino Superior para este responder às necessidades do país, desenvolvendo a investigação intelectual, tecnológica e cultural própria dum sociedade em crescimento. Tem como visão um “ Ensino Superior em expansão, com equilíbrio e qualidade”, que sejam objecto de reconhecimento nacional e internacionalmente, pois este tipo de ensino é a pedra angular no processo de desenvolvimento do país (PEES, 2012, p.9). Em 2010 o governo decidiu suspender o licenciamento de novas instituições de ensino

superior devido à falta de qualidade. É preocupação do governo de Moçambique criar instrumentos que garantam a qualidade do ensino a nível das instituições (PEES, 2012, p.21).

Para uma população de 25 milhões de habitantes, Moçambique tem apenas cerca de 175 mil estudantes, ou seja, baixa taxa de participação, abaixo da média de África subsaariana que é de 6%, Moçambique está abaixo de 3% (Langa, 2014).

Isto quer dizer que a implantação do ensino superior em Moçambique é fraca, para além de ter que garantir uma qualidade, pois passou-se de 14 Instituições de Ensino Superior (IES) em 2004, para 38 IES em 2010 (PEES, 2012, p.22), 49 em 2015 e o Conselho de ministro acaba de aprovar mais 2 IES passando para 51 IES em 2016. O governo prevê que nas avaliações com padrões internacionais em 2020 haja pelo menos 20% das IES tenham uma qualificação de Muito Bom e 30% Bom; e, ao mesmo tempo haver pelo menos uma IES moçambicana no Ranking das 10 melhores da SADC, pertencendo às 100 melhores de África (PEES, 2012, p.30).

Por outro lado até 2015 foi previsto haver nas IES pelo menos 25% do corpo docente ter o grau de Mestre, com 12% com grau de doutoramento; prevendo-se a nível de Rácio de estudante/docente 20:1 em 2020, contra 25:1 em 2010 (PEES, 2012, p.30).

A qualidade é uma condição fundamental no Ensino superior. Daí que o governo introduziu uma série de dispositivos e instrumentos a serem aplicados tais como: o Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior (CNAQ) em Moçambique resulta da aprovação da lei a 31 de Dezembro de 2007 com o Decreto 63/2007. Através deste é criado o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQUES) cujos seus Estatutos foram aprovados através do Decreto 64/2007, de 31 de Dezembro. Estes dois instrumentos SINAQUES/CNAQ foram aprovados pelo Governo de Moçambique e visão moldar o ensino superior às necessidades internas e aos padrões de qualidade nacionais, regionais e globais.

Para completar estes dispositivos e assegurar a plena institucionalização do CNAQ foram criados outros instrumentos jurídico – regulamentares, tais como: (1ª) a Resolução número 23/2009, de 10 de Dezembro, que aprova os qualificadores profissionais das Funções Específicas dos Directores Executivos do CNAQ, lei aprovada pelo Ministério da Função Pública; (2ª) a Resolução número 132/2001, de 18 de Maio, que aprova o Quadro de Pessoal do CNAQ, também aprovada pelo Ministério da Função Pública; Mais tarde surgiu a (3ª) a Deliberação número 1/2011, homologada pelo Ministro de Tutela em Janeiro de 2012, que publica o Regulamento Interno do CNAQ; e a (4ª) a Deliberação número 2/2011, igualmente homologada pelo Ministro de Tutela em Janeiro de 2012, que publica o Regimento Interno do CNAQ. O Regulamento Interno e o Regimento Interno do CNAQ estão ambos publicados no Boletim da República Número 24-II Série – de 13 de Junho de 2012.

Existe também o Regulamento de Inspecção/Auditoria que tem como função fiscalizar e inspecionar as IES para garantir que estas respeitem as normas e regulamentos existentes, concorrendo assim para a qualidade das instituições (PEES, 2012, p.57). Este órgão tem também a função de “promover a disseminação periódica de relatórios de gestão das IES”; e, todos estes relatórios deverão ser regulares, públicos e disponíveis a partir de 2012 (PEES, 2012, p.59).

Em resumo, o quadro regulador que norteia a autoavaliação de qualidade é a Lei do Ensino Superior, Lei nº 27/2009, de 29 de Setembro, o Decreto-lei nº 63/2007 de 31 de Dezembro, do Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES); e para a implementação do SINAQES foi criado o Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ), Decreto-lei nº 64/2007 de 31 de Dezembro e o Plano Estratégico do Ensino Superior (PEES) 2012-2020.

A busca de padrões internacionais de qualidade do ES motivou o Governo MZ a criar o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES) pelo Decreto Nº 63/2007, de 31 de Dezembro, que compreende os seguintes subsistemas: Subsistema de Autoavaliação; Subsistema de Avaliação Externa; Subsistema de Acreditação. Neste artigo, o enfoque será sobre a Autoavaliação.

As dimensões da autoavaliação de cursos e programas e institucional são estabelecidos instituídos pelo CNAQ (2013, p.p 21 e 22) da autoavaliação são: 1- Missão e objetivos gerais da Unidade Orgânica; 2- Organização e gestão dos mecanismos de garantia de qualidade; 3- Currículo; 4- Corpo docente; 5- Corpo discente; 6- Pesquisa e extensão; 7- Infra-estruturas; 8- Corpo técnico-administrativo; 9- Internacionalização

Depresbiteris (2005, p.1) afirma que a palavra auto - avaliação vem do latim *actus*, que significa uma acção de compreensão para dentro, isto é para a pessoa envolvida se auto regular, melhorando o seu interior a nível de qualidade. De acordo com o mesmo autor a auto-avaliação pressupõe crítica, reflexão, diálogo interno e construtivo. Morin (2005) refere-se haver uma tendência dos avaliados se auto-justificarem quando cometem erros ou falhas. Por outro lado Grégoire (2000) e Depresbiteris (2005) propõem seguir-se algumas fases no processo de auto – avaliação tais como: uma fase de antecipação onde é dada a informação de quando e onde será a referida avaliação para orientar a referida acção; segue-se a fase de controle onde é feita a comparação contínua entre o que é dado e o resultado alcançado; e, a fase de ajuste que é a regulação propriamente dita. Para Worthen (2004) é um grande desafio avaliar para se obter a melhor informação e para que haja uma boa utilização desses dados, podendo-se assim ter uma visão abrangente da referida instituição.

Dalben (2002, p.18) refere que o Estado é um avaliador externo, tendo o papel de “ monitorar, credenciar e oferecer indicadores de desempenho para os sistemas de ensino no país.” O mesmo autor refere-se que no Brasil existem vários sistemas de avaliação na educação: O Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB), iniciou em 1993; e, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) iniciou em 2004, entre outros (Dalben, 2002; Tauchen et al, 2015)

Em Cabo Verde em 2011 foi criado o projecto de Garantia da Qualidade com a criação do Sistema de Avaliação do Ensino Superior em Cabo Verde; e em 2014 foi criado o Sistema Nacional de Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SNAQES) (Tauchen et al, 2015).

Em Portugal a A3ES Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior foi instituída pelo estado português através do Decreto-lei nº 369/2007, de 5 de novembro. Sua missão consiste em garantir a qualidade do ensino superior em Portugal através da avaliação e acreditação das instituições de ensino superior.

Em Moçambique foi criada em 2003 a Lei de Controle da Qualidade no Ensino Superior; e em 2007 foi criado o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQUES) (Tauchen et al, 2015; MINED, 2012).

A auto avaliação segundo o MINED (2012) é constituída por um conjunto de normas, mecanismos e procedimentos que são feitos pelas suas próprias instituições do ensino superior para avaliarem o seu desempenho. Estes deverão ter como objectivos:

Avaliar a qualidade da instituição, cursos/programas tendo por referência a sua missão e os padrões de qualidade legalmente estabelecidos;

A auto avaliação rege-se pelos princípios de participação de todos os intervenientes da IES, ser de carácter regular, contínuo e obrigatório; e, os seus resultados devem ser divulgados a todo o pessoal existente na instituição;

Criar e desenvolver uma cultura de qualidade e da sua auto-avaliação no seio das instituições de ensino superior;

Contribuir para a identificação de problemas concretos da instituição de ensino superior, como primeiro passo para a resolução dos mesmos e para a melhoria da qualidade;

Fornecer informação e dados necessários ao processo de avaliação externa, realizando auto-avaliação regulares

Freitas (2007, p.1) destaca que o desenvolvimento e a implementação de um sistema de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), é um dos procedimentos utilizados para o monitoramento das informações relativas a estas instituições e assegurar que a qualidade do ensino fornecido por estas instituições atenda aos padrões recomendados.

No caso de Moçambique, o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia da Qualidade do Ensino Superior (SINAQES) é criado pelo Governo através do Decreto nº 63/2007 de 31 de Dezembro. De acordo com o SINAQES é um sistema que contém três subsistemas, sendo eles os seguintes: o subsistema de autoavaliação, o subsistema de avaliação externa; e o subsistema de acreditação. Estes subsistemas estão dinamicamente relacionados e o sucesso ou fracasso de um produz efeitos nos outros. Cada um deles é abordado no guião ou manual correspondente, sendo este guião dedicado apenas à autoavaliação (MINED, 2016, p.7).

Destaca-se aqui a questão da autoavaliação. Esta é realizada pela própria IES para aferir internamente o seu desempenho. A avaliação externa é realizada por uma entidade exterior, nomeadamente o CNAQ ou delegada por esta instituição. A acreditação das IES's é também feita pelo CNAQ. (MIEND, 2016, p.10).

Os requisitos fundamentais para obter bons resultados do processo de auto avaliação inicia pela existência de uma comissão de auto avaliação para planear e organizar todas as actividades inerentes ao processo com a participação efetiva de todos os integrantes da IES. O compromisso explícito dos dirigentes das IES para que o processo ocorra com a profundidade e seriedade necessária na recolha e processamento e análise da informação. Os resultados efectivos da autoavaliação deverão ajudar a produzir planos de melhoria destinados a superação das dificuldades

Metodologia

Para Lodico, et al. (2006, p. 5) o raciocínio indutivo é às vezes chamado de uma abordagem "bottom-up" para a criação do conhecimento, onde o pesquisador depende de estudos relacionados para desenvolver uma abstracção ou fazer generalizações. O raciocínio indutivo ajuda, principalmente, o pesquisador para gerar os dados do fenómeno notado sistematicamente sob a investigação. Assim, de acordo com Creswell (2007, p. 66) e Lodico, et al. (2006, p. 5) a teoria indutiva é usada em paradigma qualitativo.

O construtivismo social sempre foi combinado com o interpretativismo (Mertens, 1998; Lincoln e Guban, 2000) tentando compreender o mundo em que se trabalha, e se vive e seu ambiente histórico, criando-se uma teoria (Creswell, 2007). Isto é muitos significados foram construídos à medida que o pesquisador se envolve com o mundo e o interpreta (Crotty, 1998). No estudo de caso o pesquisador explora em profundidade um determinado processo (Stake, 1995).

A metodologia usada foi a qualitativa, exploratória, construtivista e interpretativista com recurso ao entendimento, dos significados múltiplos. Houve também um entendimento a nível social e histórico para a geração duma teoria. Utilizou-se uma amostragem não probabilística por conveniência com a pessoa responsável pela avaliação de qualidade da referida instituição de ensino superior. Serviu-se como estratégia para a pesquisa o estudo de caso de um UB da Universidade Católica de Moçambique. Na análise documental, fez-se uso de: Comissão de autoavaliação, actas da comissão, instrumentos (produzidos) de autoavaliação, manual de autoavaliação(CNAQ), entre outros.

Discussão de resultados

Na UCM um dos primeiros processos de autoavaliação (experiência -piloto da avaliação da qualidade do Ensino Superior Conselho de Avaliação de Qualidade (CNAQ)) foram realizadas na Faculdade de Ciência e Saúde. Esta UB seleccionou o curso e enfermagem para fazer a sua primeira autoavaliação no ano de 2013-2014. O referido documento seguiu as orientações fornecidas pelo CNAQ nos seguintes indicadores: Missão e objectivos, Gestão e/ou governação (organização e gestão dos mecanismos de garantia da qualidade), Currículo, Corpo docente, Corpo discente e ambientes de aprendizagem, Pesquisa e extensão, Infraestruturas: laboratórios, salas de aulas, bibliotecas e equipamentos, Corpo técnico-administrativo e Nível de

internacionalização (FCS, p.27-29). A mesma utilizou a aplicação de inquéritos sobre a satisfação dos estudantes do curso em que estão, recolha de dados estatísticos, utilizando para a análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) para o curso.

Na UB em estudo as Evidências do processo de autoavaliação consistem em:

- Quadro normativo síntese que orienta o processo de autoavaliação ao nível da UB
 - a) Política de Garantia de Qualidade da UCM (2012-2016)
 - b) Plano Estratégico da UCM (2012 – 2016)
 - c) Despacho n° 23/2015/UCM/R. Com o despacho cria a comissão de Avaliação Interna da UCM – Reitoria para o processo de Avaliação e acreditação dos cursos.
 - d) Despacho n° 24/2015/UCM/R. Pelo despacho cria as comissões de Autoavaliação nas Unidades Básicas (UBs) para o processo de avaliação e acreditação dos cursos.
- Nomeação da comissão de autoavaliação pelo Reitor na UB.
- A UB tem um professor coordenador para área da qualidade
- Sala de evidências (recolhe-se evidências das 9 dimensões e arquiva-se);
- Workshop para directores e coordenador do Departamento de Qualidade;
- Avaliação desempenho docente focada no ensino;
- Visita de monitoramento e supervisão pela comissão nomeada pelo Reitor;
- Elaborados instrumentos piloto de autoavaliação;
- Autoavaliação de cursos é feito aleatoriamente, escolhido pela UB;
- Seminário de capacitação em metodologias e ferramentas de avaliação da qualidade no ensino superior (Janeiro 2016 – facilitadores do CNAQ)
- Assessor do Vice-Reitor para os assuntos académicos e de desenvolvimento, para a área de Gestão da qualidade
- Não encontramos relatórios de Autoavaliação e planos de melhorias.

Conclusões

- Do estudo conclui-se que a autoavaliação é uma realidade na UB da UCM em questão, todavia, limitações relacionadas a falta de instrumentos orientadores para ação (manual de autoavaliação) e escassez de tempo dos membros da comissão em detrimento de outras actividades que são mais importantes;
- A avaliação externa e acreditação aceleraram o processo de autoavaliação;
- O objectivo principal da autoavaliação é o autoconhecimento que leva à melhoria, a prestação de informação à agência de avaliação externa e, em última instância à sociedade tendo em vista a confiabilidade social das instituições;
- Qualidade requer visibilidade, precisa ser demonstrada e aferida;
- Existem regulamentos e fiscalização do ensino superior, mais ou menos funcionais. Porém isto, por si só, não garante a qualidade;
- A marca da qualidade é a acreditação;
- Enfim, o Ensino Superior Moçambicano precisa ser aprimorado a favor da qualidade para que os patamares da qualidade se elevem e sejam internacionalmente aceites.

Referências Bibliográficas

Creswell, John W. (2007). *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*. 2ª Ed. Thousand Oaks: SAGE.

Crotty, M. (1998). *The foundations of social research: Meaning and perspective in the research/process*. Londres: Sage.

Dalben, Â. I. L. de F. (2002). *Das avaliações exigidas às avaliações necessárias*. In: Villas Boas, Benigna M. de F. (Org.). Avaliação: políticas e práticas. Campinas, SP: Papirus, 2002.

Depresbiteris, L. (2005). *Auto – avaliação das Instituições de Ensino Superior*. International Center for Enhancement of Learning Potential - ICELP, Israel.

FCS (2015). Relatório de Autoavaliação do Curso de Enfermagem Superior, 2014-2015. Beira.

Freitas, A. P (2007). A Autoavaliação de Instituições de Ensino Superior: uma Importante Contribuição para a Gestão Educacional. Universidade Estadual do Norte Fluminense, Brasil Revista Iberoamericana de Educación (ISSN: 1681-5653).

Grégoire, J. (2000). *Avaliando as aprendizagens: os aportes da psicologia cognitiva*. Tradução Bruno Magne. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.

Lincoln, Y. S. & Guba, E. G. (2000). *Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences*. In N. K. Oenzin e Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative research* (2nd ed., p. 163-188). Thousand Oaks, CA: Sage.

Lodico M. G, Spaulding D.T, Voegtle K. H. (2006). *Methods in educational research: From theory to practice*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.

Mertens, O. M. (1998). *Research/z methods in education: Integrating diversity with quantitative and qualitative approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Ministério da Educação (MINED) (2007). *Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior*. Maputo

Ministério da Educação (MINED) (2012). *Colectânea de Legislação do Ensino Superior*. Maputo, Moçambique: Edição MINED

Morin, E. (2005). *O método 6: ética*. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre, Brasil: Sulina, 2005.

Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Tauchen, G., Semedo, J. F. F., Devechi, C. P. V. , Januário, F. M., Coffferri, F. F. & Ortiz, E. (2015) . *Estudos comparados em avaliações das instituições de Educação Superior*. XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. Desafios da Gestão Universitária no Século XXI. Mar del Plata, Argentina.

Worthen, B. R. et al. (2004). *Avaliação de programas: concepções e práticas*. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo, Brasil: Gente.